

DIREITO

1. No tocante à competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, julgue as seguintes proposições:

I – É competência comum dos entes federativos registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e de exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

II – Compete aos municípios suplementar a legislação federal no que couber.

III – Compete à União, aos Estados e aos Municípios legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penal, econômico e urbanístico.

IV – A competência reservada dos Estados estabelece que matérias devem ser regulamentadas de forma geral pela União e específica por esses.

V - É competência exclusiva da União legislar sobre direito civil e eleitoral.

A quantidade de itens certos é:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

2. Sobre os Tribunais de Justiça Estaduais, analise os itens a seguir:

I - Para dirimir conflitos fundiários, os Tribunais de Justiça propõem a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

II - É de competência dos juízes estaduais processar e julgar as causas em que for parte autarquia federal, exceto as referentes a acidentes de trabalho.

III - Os Tribunais de Justiça terão suas competências definidas nas Constituições Estaduais.

IV - Um quinto dos lugares dos Tribunais dos Estados será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes e cuja escolha do nome caberá ao tribunal pleno.

V - Nos Tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros,

para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade.

Estão corretos apenas os itens :

- (A) I, III e V.
- (B) I, III, IV.
- (C) III, IV, V.
- (D) II, III, IV, V.
- (E) I e IV.

3. De acordo com o Sistema Tributário Nacional, tem-se que:

(A) é de competência privativa da União, dos Estados e dos Municípios instituírem impostos, taxas e empréstimos compulsórios.

(B) cabe à Lei Complementar dispor sobre os conflitos de competência, em matéria tributária, entre os entes federativos.

(C) é de competência privativa dos Estados instituírem contribuição para custeio de regime previdenciário de seus servidores e outras contribuições de interesse das categorias profissionais destes.

(D) compete aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, a instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

(E) as contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas são de competência comum da União e dos Estados.

4. Considere as seguintes afirmativas:

I - São órgãos do Poder Judiciário o Conselho Nacional de Justiça e os Juízes Militares.

II - Os juízes não poderão exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos de afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

III – O governador do Distrito Federal não poderá propor ação direta de inconstitucionalidade.

IV – O juiz titular terá que residir, necessariamente, na respectiva comarca.

Estão corretos:

- a) apenas o item I.
- b) apenas o item IV.
- c) os itens I e II somente

- d) os itens III e IV apenas
e) todos os itens.

5. De acordo com a Constituição Federal atual, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos:

(A) a erradicação da pobreza e da marginalização; o pluralismo político; independência nacional; defesa da paz; a dignidade da pessoa humana.

(B) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.

(C) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

(D) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a dignidade da pessoa humana; autodeterminação dos povos; garantia do desenvolvimento nacional; o pluralismo político.

(E) a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; a redução da criminalidade e das desigualdades sociais e regionais; o pluralismo sindical.

6. Geraldo, nomeado para o cargo de técnico judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco, não foi considerado apto para o exercício do cargo, quando em estágio probatório, após apuração em processo administrativo. Neste caso, Geraldo será

- (A) demitido.
(B) exonerado.
(C) dispensado.
(D) destituído.
(E) uma nova chance de avaliação será dada a Geraldo.

7. João, ocupante de cargo em comissão, foi exonerado sob a alegação de insuficiência de recursos. Entretanto, logo após a sua exoneração, foi nomeada outra pessoa para a vaga que ele ocupava. Diante do exposto, assinale a resposta que corresponde à verdade:

- (A) Não houve ilegalidade na nomeação de outra pessoa para a mesma vaga.
(B) O ato deve ser anulado, pois sofre de vício quanto à finalidade.
(C) A falta de verba não poderia ensejar a exoneração de João.

(D) O fato do ato ter sido motivado, elimina a possibilidade de sua anulação, mesmo que os motivos sejam falsos.

(E) O ato deverá ser considerado nulo, por vício quanto ao motivo.

8. Nas dependências de um Órgão Público do Estado de Pernambuco, desapareceram importantes documentos contábeis. Sabendo do acontecido, o seu dirigente deverá

(A) comunicar o fato ao Secretário de Estado, ao qual esteja subordinado, para instauração por este de processo administrativo.

(B) proceder à abertura de inquérito administrativo.

(C) optar pela instauração de inquérito administrativo ou de sindicância, dado o caráter discricionário do ato.

(D) instaurar sindicância, se incerta a autoria.

(E) apurar o ocorrido por meio de sindicância e se desta ficar comprovada que a autoria do ato recai sobre um particular, abrir inquérito administrativo.

9. Analise as proposições abaixo a respeito do processo licitatório:

I - A publicação, na concorrência, deve ser feita com no mínimo 45 dias de antecedência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral.

II - É dispensável a licitação, quando a União precisar intervir no domínio econômico para regular preços.

III - Em obras e serviços de engenharia, será cabível a modalidade convite para valor de até R\$ 80.000,00.

IV - Nos casos em que for cabível o convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços.

V - É inexigível a licitação em caso de grave perturbação da ordem.

São verdadeiros apenas os itens:

(A) III e IV.

(B) III e V.

(C) I, II e IV.

(D) I e V.

(E) II e III.

10. É modalidade de garantia nos contratos administrativos:

- (A) Hipoteca.
- (B) Caução em títulos da dívida pública.
- (C) Caução em títulos da dívida agrária.
- (D) Alienação fiduciária.
- (E) Comodato.

11. O negócio jurídico é nulo, quando

- (A) ocorrer erro substancial.
- (B) julgado como tal por sentença, produz efeitos *ex nunc*.
- (C) celebrado por pessoa relativa ou absolutamente incapaz .
- (D) apresentar vício resultante de lesão.
- (E) simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

12. No tocante às pessoas jurídicas,

- (A) a União é uma pessoa jurídica de direito público externo.
- (B) os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica.
- (C) começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a assinatura do contrato social.
- (D) o estatuto das associações conterà, dentre outras, cláusula que indique a forma de distribuição dos lucros entre os sócios.
- (E) as pessoas jurídicas de direito público são civilmente responsáveis pelos atos de seus agentes, na medida de culpabilidade destes.

13. Considere as seguintes proposições relacionadas à jurisdição e à ação:

I – O órgão constitucionalmente investido no poder de jurisdição tem a obrigação de prestar a tutela jurisdicional, podendo delegar, a outros órgãos ,o seu exercício.

II – Enquanto a jurisdição contenciosa pressupõe controvérsia entre as partes, a jurisdição voluntária corresponde a uma administração pública dos interesses privados.

III – São condições da ação: a legitimidade das partes, o interesse processual e a competência do juiz para a causa.

IV – A ação de cognição, que provoca a instauração de um processo de conhecimento, pode ser desdobrada em condenatória, cautelar e constitutiva.

V - São princípios fundamentais da jurisdição: o do juiz natural, o da indeclinabilidade e o da improrrogabilidade.

Estão corretos somente os iens:

- a) I, II, III.
- b) II, III, IV.
- c) II, V.
- d) III,V.
- e) I, IV.

14. João ingressou com uma ação em face de Maria, fundada em direito real sobre bem móvel. Tendo João protocolado a petição inicial no foro de seu domicílio, diferente do de Maria, pode-se afirmar que

- (A) o processo será extinto, sem julgamento do mérito, por tratar-se de matéria de competência absoluta.
- (B) o juiz torna-se competente para apreciar o feito, por ausência de oposição da ré via exceção, no prazo legal de resposta.
- (C) é questão indiferente o fato da ação ter sido proposta no foro de domicílio da ré ou do autor.
- (D) a prorrogação da competência só será possível se Maria se manifestar explicitamente.
- (E) a questão não é matéria de competência, mas sim de legitimidade para o processo.

15. A respeito dos recursos, no processo civil,

- (A) são recorríveis as decisões interlocutórias, as sentenças e os atos de mero expediente.
- (B) possuem legitimidade para recorrer a parte vencida, o terceiro prejudicado e o Ministério Público, este último, unicamente, no processo em que for parte.
- (C) são dispensados de preparo os recursos interpostos pela União, ao passo que os Estados e os Municípios não gozam de tal prerrogativa.
- (D) será recebida só no efeito devolutivo, a apelação quando interposta de sentença que decidir sobre a guarda de menores.
- (E) Interpostos ambos os recursos, extraordinário e especial, primeiramente será julgado o especial no STJ, para depois ocorrer o julgamento do extraordinário no STF, se este não estiver prejudicado.

16. Sobre os crimes contra a Administração Pública, julgue os seguintes itens:

I - Aquele que deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício comete o crime de prevaricação.

II - Solicitar para si, diretamente, vantagem indevida, em razão da função, configura corrupção ativa.

III – José, prestador de serviço em um órgão público, exercendo atividade típica da Administração Pública, apropriou-se de dez resmas de papel da repartição. Agindo assim, José infringiu o art. 312 do CP, que dispõe sobre o crime de peculato.

IV - Caio, que é chefe de uma repartição pública, soube que João, seu subordinado, cometeu infração no exercício do cargo, porém não tomou nenhuma atitude. Com essa conduta Caio incorreu no crime de condescendência criminosa.

V – Servidor público, que patrocina interesse privado perante a Administração Pública, comete o delito de excesso de exação.

Estão corretas apenas as afirmações:

(A) I e V.

(B) II e V.

(C) I, III e IV.

(D) III e V.

(E) II e IV.

17. No que diz respeito à aplicação da lei penal ,

(A) segundo o CP, o crime é praticado no momento em que ocorre o resultado.

(B) a lei excepcional, após sua revogação, não regula o ato praticado durante a sua vigência.

(C) a lei penal jamais retroage, ainda que seja para beneficiar o réu.

(D) quanto ao lugar do crime, o Código Penal adota a teoria da ubiqüidade.

(E) o ordenamento jurídico brasileiro não admite a adoção da lei brasileira para crimes cometidos no estrangeiro.

18. Quanto às provas no processo penal,

(A) exame de corpo de delito é a atividade de captação de vestígios deixados pelo crime e elaboração de documento que registre a existência de tais elementos.

(B) a lei atribui a cada prova um valor, não podendo o juiz desvincular-se de tais parâmetros.

(C) a confissão constitui prova absoluta, não havendo necessidade de confronto com outros meios de prova.

(D) havendo mais de um réu, todos serão interrogados conjuntamente, devido ao princípio da celeridade processual.

(E) no juízo penal, serão sempre observadas as restrições à prova estabelecidas na lei civil.

19. Quanto ao inquérito policial,

(A) o prazo para conclusão do inquérito policial, no caso de réu solto, é de dez dias.

(B) apenas o Juiz e o Ministério Público podem requisitar a abertura do inquérito policial.

(C) o inquérito policial é obrigatório para proposição da ação penal.

(D) não caberá recurso do despacho que indeferir o requerimento de abertura do inquérito policial.

(E) o inquérito policial, por ser inquisitivo, não está sujeito ao princípio do contraditório.

20. Assinale a alternativa correta:

(A) O crime de induzimento a suicídio é de competência do Tribunal do Júri.

(B) A prisão preventiva só pode ocorrer durante a instrução criminal.

(C) Não pode ser preso pela autoridade policial, em flagrante delito, quem é encontrado, logo depois de um crime, com arma e outros objetos que fazem presumir ser ele o autor do delito.

(D) A autoridade policial poderá conceder fiança nos crimes punidos com reclusão, devendo o acusado aguardar preso até que a autoridade a fixe dentro dos limites legais.

(E) A prisão temporária será decretada de ofício pelo Juiz, quando imprescindível para as investigações do inquérito policial.